

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Sr. José Adelino da Silva Sardinha; Sr. Amândio Manuel Ideias Mendes e Eng.º Manuel da Conceição Paiva. ____

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos. _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, da Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás e do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, estando em sua representação o Sr. José Adelino da Silva Sardinha e o Sr. Amândio Manuel Ideias Mendes, tendo os pedidos sido aceites. Também deu conhecimento do seu Despacho n.º 07/2019 relativo à Tolerância de Ponto para o dia 05 de março bem como 50% nos dias 04 e 06 de março de 2019. _____

Informou também os Srs. Vereadores que foi assinado o Protocolo da Rede Cultura 2027 Capital Europeia da Cultura, no passado dia 22/02/2019. _____

Ainda no uso da palavra e no seguimento dos vários requerimentos apresentados pelo Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, e do Parecer Final emitido pela CADA, entendeu pronunciar-se sobre o mesmo, lendo um documento que se transcreve na íntegra: _____

"Na sequência dos inúmeros, constantes e reiterados requerimentos apresentados à Câmara Municipal pelo Vereador da coligação PSD/CDS, Filipe Silva ao longo deste mandato autárquico, aos quais foram dadas as devidas e oportunas respostas, têm vindo o Vereador constantemente a alegar a falta dessas mesmas respostas apresentando, nesse seguimento diversas queixas do Presidente da Câmara à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. _____

Reunião após reunião o Presidente da Câmara tem esclarecido, relativamente a esta matéria, que todas as questões colocadas têm sido devidamente respondidas ao Vereador Filipe Silva, no estrito e rigoroso cumprimento da Lei. _____

O direito que assiste à oposição tem sido reiteradamente usado de forma perversa e abusiva, e que não tem

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

mais do que provocado uma sobrecarga para os trabalhadores da Câmara Municipal, a quem agradeço, por todo o esforço suplementar que têm despendido no sentido de compilarem toda a exaustiva informação repetidamente solicitada, realçando que, apesar do esforço tudo tem sido respondido, pese embora várias vezes ter sido informado o Vereador que toda a informação se encontra disponível para consulta. _____

Em resultado da última das inúmeras e infundadas queixas apresentadas à CADA pelo Vereador Filipe Silva, vem a mesma confirmar e subscrever o que, por diversas vezes, o Presidente da Câmara sempre afirmou: toda a informação tem sido fornecida ao Vereador eleito pela coligação PSD/CDS. O parecer emitido pela CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos contraria em toda a linha o afirmado pelo Vereador da coligação PSD/CDS, Filipe Silva e atesta de forma perentória e sem margem para dúvidas da correta atuação do Presidente da Câmara. _____

Nunca é demais referir que a insensata persistência do Vereador da coligação PSD/CDS, Filipe Silva na subversão do conceito do direito de acesso à informação transformou-se num exercício caprichoso que mais não faz do que causar perturbação no normal e eficiente funcionamento dos Serviços Camarários, e de outros serviços e Entidades das quais se tenta socorrer na sua tentativa desesperada de reescrever a verdade dos factos. _____

Pegando nas palavras escritas da própria CADA termino questionando: esta postura do Vereador Filipe Silva não relevará, já, uma apreciação de alegada situação de abuso de direito? _____

Reservamo-nos já o direito de, oportunamente, junto de entidades competentes obter a necessária resposta”.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação ao parecer da CADA, informou que já tinha conhecimento do mesmo, adiantando que em relação ao requerimento por si apresentado no dia 8 de setembro de 2018, foi dada resposta parcialmente, no entanto muita informação foi dada pela maioria no executivo porque a CADA assim o determinou, dado que o primeiro parecer emitido por esta entidade foi no sentido de o executivo facultar toda a informação solicitada ao vereador. Referiu ainda que a exposição que o Sr. Presidente leu não são as conclusões da CADA mas sim a exposição do contraditório/defesa que os advogados da câmara enviaram para a CADA a contestar a falta de resposta aos requerimentos. Pois como sabe também li o documento e o que lá vem não é isso. Quanto ao parecer estamos a apreciar e quero lhe dizer que a CADA já se renunciou 3 vezes e duas delas favoravelmente às nossas pretensões razão pela qual o Sr. Presidente começou a fornecer a informação solicita. _____

Prosseguiu apresentando um documento relativo às Senhas de Presença nas Reuniões de Câmara, que leu e se transcreve na íntegra: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)**“Senhas de Presença – reuniões de câmara**

Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem. (...)” _____

A alteração ao n.º 1 do artigo 100 do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 86/2001, de 10 de Agosto — sétima alteração da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho) que introduz a expressão “e participem”, significa que tem direito à percepção da senha de presença o eleito local que, não se encontrando em regime de permanência ou de meio tempo, compareça à reunião e se pronuncie sobre todos os pontos da respetiva agenda. _____

Nesta conformidade, as senhas de presença constituem um direito que é atribuído aos autarcas que não se encontram em regime de permanência ou a meio tempo no sentido de os compensar pela participação nas reuniões do órgão a que pertencem _____

As senhas de presença, a que têm direito os membros da câmara municipal, constituem rendimentos do trabalho dependente, sujeitas a tributação, conforme decorre, expressamente, da al. c) do n.º 1 e n.º 2 do art.º 2.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares pelo que os valores devem ser comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira. _____

Até aqui as senhas de presença têm sido pagas juntamente com o vencimento por ser, além de vereador, trabalhador da autarquia. Se na anterior reunião de câmara não me opus a que se pudesse alterar esta situação, agora e analisando melhor a situação não vejo nenhum benefício, antes pelo contrário, em alterar o que estava estabelecido e o que vinha a ser feito. Para os serviços é melhor porque é um processo mais simples e menos moroso, para mim é mais prático porque com a retenção na fonte fica logo resolvido a questão da tributação em sede de IRS. _____

Assim, não concordo com qualquer alteração na forma como a retribuição das senhas de presença tem vindo a ser feita pelo que, no meu caso, a situação é para manter como estava, até porque não vejo, também, que tenha de estar dependente do interesse pessoal que outros possam defender. _____

Figueiró dos Vinhos, 27 de fevereiro de 2019 _____

O Vereador
Luís Filipe Silva”

Apresentou também um documento sobre a Barragem da Bouçã – Segurança, que leu e se transcreve na íntegra: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

“Barragem da Bouça – Segurança

A rede nacional de barragens está a ser alvo de uma reorganização do sistema de segurança que visa substituir, na maioria dos postos, a segurança humana por apenas vigilância eletrónica. _____

O projeto é da EDP – Energias de Portugal, entidade que gere várias centrais hídricas no país. O plano passa por substituir, na maioria dos casos, a segurança humana por vigilância eletrónica e deve estar concluído até setembro deste ano. _____

Contudo, a iniciativa não está a ser bem recebida pelos peritos, que temem que a segurança das infraestruturas fique comprometida, tendo em conta que a mão humana é insubstituível por máquinas ou tecnologias.

Segundo notícias veiculadas pela comunicação social que desde o passado dia 1 de fevereiro que a Barragem da Bouça, está sem vigilância física, tudo porque este tipo de serviço foi substituído por videovigilância a partir do Castelo do Bode. _____

Esta reorganização que está a ser implementado pela EDP tem outras implicações como seja a deslocalização de funcionários, três deles oriundos do nosso concelho, e que são obrigados a ir viver para outras paragens. Os empregos já são escassos e com esta política as grandes empresas aproveitam os nossos recursos, mas não geram riqueza na região nomeadamente com a criação de empregos. _____

O PSD lamenta esta situação e entende que a Câmara Municipal deve inteirar-se convenientemente da situação e do que está em causa e tomar uma posição assertiva junto da EDP fazendo valer os argumentos da segurança da barragem e das pessoas. _____

Figueiró dos Vinhos, 27 de fevereiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Por fim, questionou o Sr. Presidente sobre a **hasta pública do edifício EDP e a situação da Escola Profissional Agostinho Roseta**, no seguimento da explicação que deu na última Assembleia Municipal e adiantou que gostava de saber qual foi o motivo que levou a esta anulação da hasta pública? Quem foi o concorrente? Deduzindo ter sido a Escola Profissional Agostinho Roseta, uma vez que se encontra há longo tempo publicado no Site daquela instituição a abertura de cursos no Pólo de Figueiró dos Vinhos de Técnico de Gereatria – Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Gestão Florestal e pelo historial que todos sabemos e acompanhamos ao longo destes anos. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação à vigilância na Barragem da Bouça, informou e de acordo com informação que tem até à presente data, é que Castelo do Bode vai ter videovigilância, sendo certo que esta videovigilância não vai por em risco a segurança da Barragem da Bouça, salientando que aquela empresa é privada. _____

Quanto ao procedimento na retribuição das **senhas de presença**, na sua opinião e uma vez que o Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes está ausente, ficará o assunto para ser discutido na próxima Reunião de Câmara. _____

Relativamente à **Hasta Pública**, informou que apenas houve um único concorrente, que foi a Associação Agostinho Roseta, tendo o júri detetado que faltava documentação, não incluída a memória descritiva, tendo sido excluída a proposta e dado a devida audiência prévia nos termos da lei. Assim na próxima Reunião de Câmara virá nova Hasta Pública, com maior abrangência. _____

Adiantou que a Câmara Municipal tem todo o interesse que o edifício da EDP, agora devoluto, possa ser reabilitado que possa criar novas condições, dar alguma dignidade. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, ainda sobre o assunto da Hasta Pública referiu que a proposta apresentada pela Agostinho Roseta ao não satisfazer os termos da hasta pública só tinha que merecer a exclusão por parte do júri e este fez bem, no entanto não deixa de ser caricato e surpreendente e interroga-se como é que uma instituição como a Agostinho Roseta, não satisfaz os requisitos de uma proposta depois de todo o desgaste com este processo, podendo inclusive correr o risco de com nova hasta pública não a ganhar e inviabilizar todo este processo. É de facto, incompreensível e muita coisa terá de ser avaliada pelos seus responsáveis. ____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, voltou a referir que cumpriram rigorosamente o que o Júri do concurso entendeu, que não estando devidamente instruída, não podiam avançar. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 04/2019 de 13/02/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia treze de fevereiro de dois mil e dezanove e o dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 459.982,42 € (quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e oitenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos). _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 327/2019 (trezentos e vinte e sete barra dois mil e dezanove) a 479/2019 (quatrocentos e setenta e nove barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 445.668,89€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos). _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre treze de fevereiro de dois mil e dezanove e o dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 41.167,97€ (quarenta e um mil cento e sessenta e sete euros e noventa e sete cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob o número 55/2019 (cinquenta e cinco barra dois mil e dezanove), a 58/2019 (cinquenta e oito barra dois mil e dezanove) respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância 5.775,43 € (cinco mil setecentos e setenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos). _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 76.049,11 € (setenta e seis mil quarenta e nove euros e onze cêntimos) e em operações não

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

orçamentais (tesouraria) 55.213,70 € (cinquenta e cinco mil duzentos e treze euros e setenta cêntimos). _____

OUTROS

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 08.02.2019 a 21.02.2019. _____

Relação dos despachos de processos de autos de medição ou faturas de empreitadas ou fornecimentos de serviços no período entre 08.02.2019 a 22.02.2019.

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

Manifestou a sua congratulação relativamente à aquisição de serviços para a elaboração de projeto de Criação de Percurso na Av. Heróis do Ultramar e Dr. Fernando Lacerda referindo que é uma obra de grande importância uma vez que a mesma permitirá a circulação de peões num contexto de maior segurança tendo a necessidade de construção de um passadiço naquele local sido identificado e inscrito no programa eleitoral do PSD. _____

O Sr. Vereador Amândio Ideias, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 05, 07, 14 e 19 de fevereiro de 2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 492,96€; Agrupamento de Escuteiros n.º 148 de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 169,13€; Fábrica da Igreja da Paroquia de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 126,70€.

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA FREGUESIA DE AREGA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação interna n.º 03/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe.

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da freguesia de Arega”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”.

Informação Interna n.º 03/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1. OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE.

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

2.1.1 ENQUADRAMENTO

2.1.1.1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Produção; _____

 Espaços Florestais de Conservação; _____

 Espaços Naturais; _____

✓ Aglomerados Rurais; _____

✓ Áreas de Edificação Dispersa; _____

 Espaços de Ocupação Turística; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX e Áreas de sensibilidade arqueológica de núcleos e aglomerados urbanizados desde a idade média. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Não há sobreposição. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** –
Sobreposição – reserva agrícola nacional. _____

Área Florestais Percorridas por Incêndios – Área ardida em 2012 _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixa, Média, Alta e Muito Alta
(parcialmente) _____

→ **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouçã e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

Recursos Ecológicos _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCO 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

- a. Monumento Nacional: _____
- i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____
- b. Imóvel de Interesse Público: _____
- i. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____
- ii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____
- iii. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____
- c. Imóvel de Interesse Municipal: _____
- i. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____
- ✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

- i1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____
- i2 Muito alta tensão (220kv). _____
- i3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____
- i4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária**

Rede Nacional de Autoestradas: _____

- i1 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____
- ii. Rede Nacional Complementar: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro);

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii. Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv. Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990). _____

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.1.3 Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3. CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

→ Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva**

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Agrícola Nacional do Centro, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º; _____

→ Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo da alínea h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** ao parecer a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional e no âmbito das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura” _

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE FOZ DE ALGE: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação interna n.º 10/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe. _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Foz de Alge”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”.

Informação interna n.º 10/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

i. ENQUADRAMENTO

i1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ **Classificação e Qualificação do Solo:** _____

→ **Solo Rural:** _____

✓ **Espaços Agrícolas de Produção;** _____

✓ **Espaços Florestais de Produção;** _____

✓ **Espaços Florestais de Conservação;** _____

Espaços Naturais; _____

Aglomerados Rurais; _____

Áreas de Edificação Dispersa; _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

✓ **Áreas Turísticas – POACB;** _____

→ **Solo Urbano:**

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX. _____

(i) **Condicionantes**

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, Zonas Ameaçadas pelas Cheias, Leitos e margens dos cursos de água e Faixa de Proteção à Albufeira. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Não há sobreposição. _____

→ **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixa, Média, Alta e Muito Alta

→ **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

Recursos Agrícolas e Florestais _____

Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

ii. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

iii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

iv. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

v. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

v1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

v2 Muito alta tensão (220kv). _____

v3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

v4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

ii. Rede Nacional Complementar: _____

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii. Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv. Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990). _____

Marcos Geodésicos _____

2.3 USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1 Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3. CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

→ Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____

→ Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____

→ Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA FREGUESIA DE CAMPELO E RIBEIRA

VELHA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 04/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe.

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art. 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Campelo e Ribeira Velha”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Municipal”. _____

Informação Interna n.º 04/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2.ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR****vi. ENQUADRAMENTO****vi1 Enquadramento PDM**

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Conservação; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

✓ **Espaços Naturais;** _____

✓ **Aglomerados Rurais;** _____

Áreas de Edificação Dispersa; _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

Solo Urbanizado; _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX. _____

2.1.1.1.2 **Condicionantes**

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, Zonas Ameaçadas pelas Cheias e Leitos e margens dos cursos de água. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Sobreposição – reserva agrícola nacional e aproveitamentos hidroagrícolas. _____

- **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. (Sobreposição na área ardida em junho de 2017) __
- **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixa, Média, Alta e Muito Alta (parcialmente) _____
- **Outras Condicionantes** – Sobreposição - Rede Viária Municipal.

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM**2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:**
_____**2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM**
_____**2.2 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR****2.3.1 Recursos Naturais:** _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ **Reserva Agrícola Nacional;** _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

✓ Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

i. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

ii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

iii. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

i. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

i1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

i2 Muito alta tensão (220kv). _____

i3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

i4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii. Rede Nacional Complementar: _____

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii. Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv. Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) **Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto);** _____

(iii) **Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto).** _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

- Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____
- Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____
- Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA FREGUESIA DE AGUDA: A Câmara Municipal

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recai sobre a seguinte Informação Interna n.º 05/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe. _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da freguesia de Aguda”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”.

Informação Interna n.º 05/2019: _____

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

3. ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR****i. ENQUADRAMENTO****ii Enquadramento PDM**

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ **Classificação e Qualificação do Solo:** _____

→ **Solo Rural:** _____

✓ **Espaços Agrícolas de Produção;** _____

Espaços Florestais de Produção; _____

Espaços Florestais de Conservação; _____

Espaços Naturais; _____

✓ **Aglomerados Rurais;** _____

✓ **Áreas de Edificação Dispersa;** _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX, Áreas de sensibilidade arqueológica de núcleos e aglomerados urbanizados desde a idade média, Zona de proteção dos 50 metros. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Zonas Ameaçadas pelas Cheias, Leitos e margens dos cursos de água e Áreas de máxima infiltração. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional. _____

→ **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixo. _____

→ **Outras Condicionantes** – Zona de proteção dos 50 metros e Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

✓ **Património Edificado** _____

a.Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b.Imóvel de Interesse Público: _____

ii. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); ____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

- iii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); ____
- iv. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c.Imóvel de Interesse Municipal: _____

- v. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

Infraestruturas _____

Rede Elétrica _____

v1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

v2 Muito alta tensão (220kv). _____

v3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

v4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii.Rede Nacional Complementar: _____

ii1Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii.Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv.Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v.Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

→ Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____

→ Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

→ Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA FREGUESIA DE POVOAÇÕES DE ZEREIRO E

OUTRAS: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 06/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe.

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Zereiro e outras”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”. _____

Informação Interna n.º 06/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR****vi. ENQUADRAMENTO****vi1 Enquadramento PDM**

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Produção; _____

_____ Espaços Florestais de Conservação; _____

✓ Espaços Naturais; _____

✓ Aglomerados Rurais; _____

✓ Áreas de Edificação Dispersa; _____

_____ Espaços de Ocupação Turística; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I;** _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX, Áreas de sensibilidade arqueológica de núcleos e aglomerados urbanizados desde a idade média. _____

2.1.1.1.2 **Condicionantes**

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Área de elevado risco de erosão hídrica do solo, Leitos e margens dos cursos de água e Cabeceiras de linhas de água. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional. _____

→ **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixo e Média. _____

→ **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouçã e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

✓ **Património Edificado** _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

vii. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

viii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

ix. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

x. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

Infraestruturas _____

Rede Elétrica _____

x1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

x2 Muito alta tensão (220kv). _____

x3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

x4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii.Redes Nacionais Complementar: _____

ii1Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii.Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv.Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v.Redes Municipais: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, II Série, de 27 de outubro de 1990). _____

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respetante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

- Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____
- Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____
- Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE CASTANHEIRA DE FIGUEIRÓ: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 07/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe.

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

“Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Castanheira de Figueiró”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”. _____

Informação Interna n.º 07/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2.ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR****xi. ENQUADRAMENTO****xi1 Enquadramento PDM**

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

✓ Espaços Florestais de Produção; _____

 Espaços Florestais de Conservação; _____

✓ Espaços Naturais; _____

✓ Aglomerados Rurais; _____

✓ Áreas de Edificação Dispersa; _____

 Espaços de Ocupação Turística; _____

 Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

 Áreas Turísticas – POACB; _____

→ Solo Urbano: _____

✓ Solo Urbanizado; _____

 Espaços Centrais; _____

✓ Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

 Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

 Espaços de Atividades Económicas; _____

 Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

 Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ Zonamento Acústico – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ Património – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

→ Reserva Ecológica Nacional – Leitos e margens dos cursos de

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

água e Áreas de máxima infiltração. _____

- **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional e aproveitamentos hidroagrícolas. _____
- **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____
- **Risco de Incêndio** – Muito baixo e Baixo. _____
- **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouçã e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ **Reserva Agrícola Nacional;** _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

✓ Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

✓ **Património Edificado** _____

a. Monumento Nacional:

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

xii. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

xiii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

xiv. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

xv. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

xv1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

xv2 Muito alta tensão (220kv). _____

xv3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

xv4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii.Rede Nacional Complementar: _____

ii1Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii.Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv.Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v.Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

- Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____
- Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____
- Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE COLMEAL E LAVANDEIRA:

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 09/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe. _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Bairradas”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”.

Informação Interna n.º 09/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2.ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR**

xvi. **ENQUADRAMENTO**

xvii **Enquadramento PDM**

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ **Classificação e Qualificação do Solo:** _____

→ **Solo Rural:** _____

✓ **Espaços Agrícolas de Produção;** _____

✓ **Espaços Florestais de Produção;** _____

Espaços Florestais de Conservação; _____

Espaços Naturais; _____

✓ **Aglomerados Rurais;** _____

✓ **Áreas de Edificação Dispersa;** _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Não há sobreposição. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

- **Reserva Ecológica Nacional** – Zonas Ameaçadas pelas Cheias, Leitos e margens dos cursos de água e Áreas de máxima infiltração. _____
- **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional e aproveitamentos hidroagrícolas. _____
- **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____
- **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixo, Média, Alta e Muito Alta. _____
- **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

✓ Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

✓ **Património Edificado** _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

xvii. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

- xviii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); ____
- xix. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

- xx. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

xx1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

xx2 Muito alta tensão (220kv). _____

xx3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

xx4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii. Rede Nacional Complementar: _____

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii. Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv. Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

→ Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____

→ Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____

→ Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE VALADA E OUTRAS: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 11/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe. _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Valada e outras”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”. _____

Informação Interna n.º 11/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

1.3O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

i. ENQUADRAMENTO

i1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

 Espaços Florestais de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Conservação; _____

 Espaços Naturais; _____

✓ Aglomerados Rurais; _____

✓ Áreas de Edificação Dispersa; _____

 Espaços de Ocupação Turística; _____

 Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

 Áreas Turísticas – POACB; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Não há sobreposição. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

- **Reserva Ecológica Nacional** – Leitos e margens dos cursos de água e Áreas de máxima infiltração. _____
- **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional e aproveitamentos hidroagrícolas. _____
- **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____
- **Risco de Incêndio** – Muito baixo e Baixo. _____
- **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouçã e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

✓ Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)**✓ Património Edificado** _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

ii. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); ____

iii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); ____

iv. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

v. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ Infraestruturas _____**Rede Elétrica** _____

v1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

v2 Muito alta tensão (220kv). _____

v3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

v4 Média Tensão (15kv). _____

✓ Rede Rodoviária _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii. Rede Nacional Complementar: _____

iii. Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

ii) Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii) Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv) Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v) Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertiziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990). _____

Marcos Geodésicos _____

2.3 USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1 Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3. CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

→ Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____

→ Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____

→ Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE RIBEIRA DE S. PEDRO E

OUTRAS: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 12/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe.

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Ribeira de S. Pedro e outras”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Informação Interna n.º 12/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2.ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR****2.1 ENQUADRAMENTO****2.1.1.1 Enquadramento PDM**

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

 Espaços Florestais de Produção; _____

 Espaços Florestais de Conservação; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

✓ **Espaços Naturais;** _____

✓ **Aglomerados Rurais;** _____

Áreas de Edificação Dispersa; _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ **Solo Urbano:** _____

✓ **Solo Urbanizado;** _____

Espaços Centrais; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

✓ **Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II;** _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos _____

✓ **Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas;** _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX. _____

2.1.1.1.2 **Condicionantes**

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Leitos e margens dos cursos de água e Áreas de máxima infiltração. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional e aproveitamento

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

hidroagrícola. _____

→ **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há
sobreposição. _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixo e Médio. _____

→ **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

✓ Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

✓ **Património Edificado** _____

a.Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b.Imóvel de Interesse Público: _____

vi. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); ____

vii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); ____

viii.Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

C.Imóvel de Interesse Municipal: _____

ix. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

ix1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

ix2 Muito alta tensão (220kv). _____

ix3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

ix4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii.Rede Nacional Complementar: _____

ii1Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii.Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv.Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v.Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990). _____

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

- Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____
- Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____
- Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE SANTARÉM E OUTRAS: A

Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 13/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe. _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Santarém e outras”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal”. _____

Informação Interna n.º 13/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2.ANÁLISE TÉCNICA**2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR****2.1 ENQUADRAMENTO****2.1.1.1 Enquadramento PDM**

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Conservação; _____

✓ Espaços Naturais; _____

✓ Aglomerados Rurais; _____

✓ Áreas de Edificação Dispersa; _____

Espaços de Ocupação Turística; _____

Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

Áreas Turísticas – POACB; _____

→ Solo Urbano: _____

✓ Solo Urbanizado; _____

Espaços Centrais; _____

✓ Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Não há sobreposição. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Zonas Ameaçadas pela Cheias, Leitos e margens dos cursos de água e Áreas de máxima infiltração. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional e aproveitamento hidroagrícola. _____

→ **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo, Baixo, Médio e Alto. _____

→ **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Albufeira do Cabril, Bouçã e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

✓ **Recursos Agrícolas e Florestais** _____

✓ Reserva Agrícola Nacional; _____

✓ Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

✓ **Recursos Ecológicos** _____

✓ Reserva Ecológica Nacional; _____

✓ Rede Natura 2000 – PTCO 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167, de 17 de agosto 1922). _____

b. Imóvel de Interesse Público: _____

i. Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

x. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

xi. Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

i. "O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

✓ **Infraestruturas** _____

Rede Elétrica _____

I1 Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

I2 Muito alta tensão (220kv). _____

I3 Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

I4 Média Tensão (15kv). _____

✓ **Rede Rodoviária** _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii. Rede Nacional Complementar: _____

ii1 Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2 Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii. Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv. Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

v. Rede Municipal: _____

(i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro); _____

(ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei nº

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2110/61, de 19 de agosto); _____

(iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei nº 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

- Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____
- Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____
- Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA POVOAÇÃO DE BAIRRADAS: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o seguinte Despacho do Sr. Presidente datado de 25/02/2019, que recaiu sobre a seguinte Informação Interna n.º 08/2019 emitida pela Sr.ª Arq.ª Sónia Costa do Gabinete de Gestão Urbanística e Planeamento, aprovando o projeto referenciado em epígrafe. _____

Despacho:

“Face à necessidade de conferir maior celeridade ao processo, de modo a ser possível submeter-se a candidatura ao Aviso POSEUR-12-2017-05 dentro dos prazos definidos e atendendo a que a próxima reunião de Câmara se realiza apenas no próximo dia 27 de fevereiro e não sendo exequível reunir em tempo adequado, aprovo, observados os termos do n.º 3 do art.º 35.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o projeto de “Rede de águas residuais domésticas da Povoação de Bairradas”, condicionado aos pareceres a emitir pela entidade competente, remetendo o presente ato para ratificação na imediata reunião da Câmara Municipal.

Informação Interna n.º 08/2019:

“Em relação ao assunto em epígrafe e partindo do pressuposto que o quadro legal e regulamentar vigente não é alterado, assim se informa: _____

1.OBJETO

1.1 Trata-se de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos, isenta de controlo prévio enquadrando-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE. _____

1.2 Por se tratar de uma operação urbanística promovida pelo Município de Figueiró dos Vinhos e isenta de controlo prévio, de acordo com o n.º 7 do art.º 7.º - à realização da operação urbanística aplica-se o disposto a que se refere ao termo de responsabilidade, à publicitação do início e do fim das operações urbanísticas. _____

1.3 O projeto destina-se a adotar a área de intervenção de uma rede de drenagem de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, com boas condições em termos de recolha, drenagem e estanquidade. _____

2.ANÁLISE TÉCNICA

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

2.1 CONFORMIDADE COM PMOT E OUTRAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES EM VIGOR

2.1 ENQUADRAMENTO

2.1.1.1 Enquadramento PDM

Publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9814/2015. _____

2.1.1.1.1 Ordenamento

→ Classificação e Qualificação do Solo: _____

→ Solo Rural: _____

✓ Espaços Agrícolas de Produção; _____

✓ Espaços Florestais de Produção; _____

_____ Espaços Florestais de Conservação; _____

✓ Espaços Naturais; _____

✓ Aglomerados Rurais; _____

✓ Áreas de Edificação Dispersa; _____

_____ Espaços de Ocupação Turística; _____

_____ Zona de Recreio Balnear e Respetiva Zona de Proteção – POACB; _____

_____ Áreas Turísticas – POACB; _____

→ Solo Urbano: _____

_____ Solo Urbanizado; _____

_____ Espaços Centrais; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível I; _____

Espaços Urbanos de Baixa Densidade – Nível II; _____

Espaços de Atividades Económicas; _____

Espaços de Uso Especial – Áreas de equipamentos; _____

Solo Urbanizável: Espaços de Atividades Económicas; _____

→ **Zonamento Acústico** – Zonas mistas (parcialmente) e sem sobreposição. _____

→ **Património** – Áreas de sensibilidade arqueológica de capelas e igrejas de construção até meados do séc. XIX. _____

2.1.1.1.2 Condicionantes

→ **Reserva Ecológica Nacional** – Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e Áreas de máxima infiltração. _____

→ **Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamentos Hidroagrícolas** – Sobreposição – reserva agrícola nacional. _____

→ **Área Florestais Percorridas por Incêndios** – Não há sobreposição. _____

→ **Risco de Incêndio** – Muito baixo e Baixo. _____

→ **Outras Condicionantes** – Rede viária municipal. _____

2.1.2 CONFORMIDADE COM PMOT: PDM

2.1.2.1 Parâmetros urbanísticos:

2.1.2.2 Conformidade dos Parâmetros urbanísticos com as normas do PDM

2.2 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA EM VIGOR

2.3.1 Recursos Naturais: _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

Domínio Hídrico _____

Domínio Hídrico - Leitos e Margens dos Cursos de Água. _____

Albufeira de Águas Públicas: _____

Albufeira de Castelo de Bode; _____

Albufeira do Cabril, Bouça e Santa Luzia e respetivas zonas de proteção (RCM n.º 45/2002, de 13 de março); _____

Respetivas zonas de proteção _____

Recursos Agrícolas e Florestais _____

Reserva Agrícola Nacional; _____

Aproveitamentos Hidroagrícolas; _____

Perímetro Florestal de Castanheira de Pera; _____

Perímetro Florestal de Alge e Penela; _____

Perímetro Florestal da Serra da Lousã; _____

Árvore de Interesse Público (Platanus x Acerfolia – Alameda constituída por 17 plátanos de grande porte – Aviso n.º 5 de 1 de junho) _____

Recursos Ecológicos _____

Reserva Ecológica Nacional; _____

Rede Natura 2000 – PTCON 0060 – Sítio da Serra da Lousã _____

Património Edificado _____

a. Monumento Nacional: _____

i. Igreja de São João Batista, Paroquial de Figueiró dos Vinhos (Decreto N.º 8331, DG, I Série nº 167,

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

de 17 de agosto 1922). _____

b.Imóvel de Interesse Público: _____

i.Pelourinho de Aguda (Decreto N.º 23 122, DG, I Série nº 231 de 11 de outubro de 1933); _____

xii. Torre da Cadeia Comarcã (Decreto N.º 28/82, DR, I Série nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

xiii.Convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas Descalços (Decreto N.º 2/96, DR, I Série – B nº 56 de 6 de março 1996). _____

c. Imóvel de Interesse Municipal: _____

i."O Casulo" (Decreto N.º 28/82, DR, I Série, nº 47, de 26 de fevereiro 1982); _____

Infraestruturas _____

Rede Elétrica _____

I1Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT): _____

I2Muito alta tensão (220kv). _____

I3Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND): _____

I4Média Tensão (15kv). _____

Rede Rodoviária _____

Rede Nacional de Autoestradas: _____

i5 Autoestrada: A13 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

ii.Rede Nacional Complementar: _____

ii1Itinerário Complementar: IC8 e IC3 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro); _____

ii2Estradas Nacionais: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro).

iii.Estradas Regionais: ER347 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/94, de 15 de janeiro). _____

iv.Estradas Nacionais Desclassificadas Sob Jurisdição da EP: EN236-1 (zona de servidão Decreto-Lei nº 13/71, de 23 de janeiro). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

v.Redes Municipais: _____

- (i) Estradas Nacionais Desclassificadas sob Jurisdição da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos: EN236-1, EN237 e EN350 (zona de servidão Decreto-Lei n.º 13/71, de 23 de janeiro); _____
- (ii) Estradas Municipais: EM 517, EM 521, EM 524 e EM 525 (zona de servidão Lei n.º 2110/61, de 19 de agosto); _____
- (iii) Caminhos Municipais: (zona de servidão Lei n.º 2110/61, de 19 de agosto). _____

Telecomunicações _____

Ligação Hertiziana Montejunto <> Serra de Aire <> Lousã (Despacho Conjunto A -97/90-XI, DR 249, || Série, de 27 de outubro de 1990. _____

Marcos Geodésicos _____

2.3USO, ASPETO EXTERIOR, INSERÇÃO URBANA E PAISAGISTICA DA EDIFICAÇÃO

2.3.1Intervenções – De acordo com o projeto que se encontra em anexo. _____

3.CONCLUSÕES

A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 7.º deverá ser remetido o respeitante processo a consulta da entidade externa em razão da localização, nos termos dos artigos 13.º e 13.º

A do regime jurídico de urbanização e edificação: _____

- Através do requerimento apresentado no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional entregue à **Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro**, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro e regulamentada com a Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º. _____
- Através da comunicação prévia apresentada no âmbito do regime jurídico da reserva ecológica nacional, entregue à **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, delegação de Leiria, para o uso e ação admitida referida no artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e segundo a

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

alínea d) II- Infraestruturas do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. _____

→ Através de ofício dirigido à **Direção Regional de Cultura do Centro** ao abrigo das alíneas h) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. _____

Considera-se que o projeto reúne condições necessárias para a aprovação, **CONDICIONADO** aos pareceres a emitir no âmbito do regime jurídico da reserva agrícola nacional, do regime jurídico da reserva ecológica nacional e das atribuições e competências das Direções Regionais de Cultura”. _____

4.2 REABILITAÇÃO E APETRECHAMENTO DOS EDIFÍCIOS PRÉ-ESCOLARES E DO ENSINO BÁSICO – ADJUDICAÇÃO CONJUNTURA INTENSA, LDA. – LIBERAÇÃO PARCIAL DA

CAUÇÃO: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 22/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a liberação parcial da caução no montante de 5.996,48 euros (cinco mil novecentos e noventa e seis euros e quarenta e oito centimos), mantendo-se retido o valor de 13.991,80 euros (treze mil novecentos e noventa e um euros e oitenta centimos). _____

Proposta de Deliberação n.º 22/2019:

“Considerando que: _____

O auto de receção provisória da empreitada "Reabilitação e apetrechamento dos edifícios pré-escolares e do ensino básico", cujo adjudicatário foi Conjuntura Intensa, Lda, ocorreu no dia 12.02.2018. _____

Tendo decorrido o prazo de 1 ano desde o auto de receção provisória e, após vistoria pelos serviços, verificou-se que os trabalhos não apresentavam defeitos pelos quais se deva responsabilizar o empreiteiro. _____

Conforme refere o n.º 5 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos pode ser liberada 30% do valor da caução no final do primeiro ano após a data de receção provisória. _____

Nestes termos, _____

Proponho que a Câmara Municipal delibere pela liberação parcial da caução no montante de 5.996,48 €, mantendo-se retido o valor de 13.991,80 €”. _____

4.3 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS PARA PREPARAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA OPERAÇÃO “CRER – ADAPTAÇÃO DO POSTO

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

AQUÍCOLA DE CAMPELO PARA A CRIAÇÃO EXPERIMENTAL DE TRUTAS

ASSILVESTRADAS”: A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna emitida pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira e Gabinete de Apoio ao Investimento, deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a abertura de procedimento da Empreitada de Obras Públicas referenciada em epígrafe, sendo o preço base de 330.000,00 euros (trezentos e trinta mil euros) sem IVA, trinta dias para apresentação de propostas, prazo de execução do contrato trinta e seis meses. _____

Mais deliberou aprovar a composição do seguinte Júri: Efetivo e Presidente: Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes – Vice-Presidente da Câmara Municipal; Efetivo: Vítor Alexandre Pimentel Duarte – Chefe de Divisão U.O.A.F. do Município de Figueiró dos Vinhos; Efetivo: Carlos Manuel Martins Santos Fonseca – Professor Universitário (Universidade de Aveiro); Suplente: Isabel Maria David Antunes - Técnica Superior do Município de Figueiró dos Vinhos; Suplente: Luís Manuel Rafael Silveirinha; Técnico Superior do Município de Figueiró dos Vinhos; Secretário: Sara Patrícia Borges Simões – Técnica Superior do Município de Figueiró dos Vinhos. _____

Aprovou ainda o Programa de Concurso e Caderno de Encargos que fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos da presente ata. _____

Informação Interna:

“O Município de Figueiró dos Vinhos tem MAR2020 – PORTUGAL2020 a candidatura “CRER - Adaptação do Posto Aquícola de Campelo para Criação Experimental de Trutas Assilvestradas” - MAR-02.01.01-FEAMP-0106 no âmbito do Aviso 15/2017 tendo o Termo de Aceitação sido assinado em 13 de agosto de 2018.

O principal objetivo da operação “**CRER - Adaptação do Posto Aquícola de Campelo para Criação Experimental de Trutas Assilvestradas**” está relacionado com adaptação e modernização do **Posto Aquícola de Campelo (PAC)**, associado à constituição de um **Centro de Reabilitação de Ecossistemas Ribeirinhos**. As ações de adaptação, modernização e inovação do PAC assentam no desenvolvimento de um projeto-piloto, pioneiro à escala nacional e internacional, direcionado para a criação experimental em viveiro de trutas assilvestradas (i.e. indivíduos criados de forma sustentável em viveiros adaptados de forma a mimetizarem o habitat e comportamento naturais desta espécie), para posterior repovoamento de cursos de água onde a espécie ocorra naturalmente, sem comprometer o património genético local. _____

Esta operação foi delineada para um horizonte temporal de 3 anos, com um plano de trabalhos que prevê a execução de quatro ações principais. _____

No âmbito da “**Ação 1. Adaptação e modernização do Posto Aquícola de Campelo**” prevê-se a realização de intervenções de adaptação, reestruturação e modernização do PAC e das infraestruturas associadas, com

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

vista a tornar o seu funcionamento mais sustentável. _____

A **“Ação 2. Desenvolvimento do programa de criação experimental de trutas assilvestradas”** pretende contribuir para inovar e melhorar os métodos tradicionais de produção aquícola de peixes para repovoamento, através do desenvolvimento de um projeto-piloto de assilvestramento de trutas-de-rio em cativeiro que otimize a adaptação das trutas ao habitat típico para esta espécie, no que respeita à alimentação, performance natatória ou fitness e da seleção de locais de refúgio adequados. _____

Na terceira ação desta operação **“Ação 3. Projeto-piloto de repovoamento da ribeira de Alge com trutas assilvestradas”** pretende-se desenvolver um projeto-piloto de repovoamento da ribeira de Alge com as trutas assilvestradas previamente criadas, que inclua igualmente um programa de monitorização específico focado nos períodos pré e pós-repovoamento. _____

A quarta e última ação desta operação – **“Ação 4. Sensibilização ambiental, divulgação dos resultados e transferência de conhecimentos obtidos no projeto”**, prevê a realização de ações de sensibilização ambiental, divulgação e transferência de conhecimentos sobre as temáticas abordadas nesta operação, nomeadamente a utilização sustentável e valorização de recursos piscícolas, e a produção aquícola de espécimes piscícolas para repovoamento. _____

O **principal objetivo desta operação** está relacionado com a adaptação e modernização do Posto Aquícola de Campelo (PAC), uma infraestrutura localizada na zona Centro do país com elevado potencial para a promoção do desenvolvimento local, para a sensibilização ambiental e para a produção, gestão e conservação das espécies piscícolas ameaçadas e/ou interessantes do ponto de vista socioeconómico e cultural. As ações de adaptação, modernização e inovação do PAC assentam no desenvolvimento de um projeto-piloto direcionado para a criação experimental em viveiro de trutas assilvestradas, para posterior repovoamento de cursos de água. _____

O mérito reconhecido a esta candidatura, por parte das entidades que avaliaram o processo, decorre da importância de que se reveste para o desenvolvimento sustentável, biodiversidade, inovação, preservação dos ecossistemas e numa outra perspetiva mais global para o desenvolvimento sustentável de Figueiró dos Vinhos, pela via do turismo, numa clara aposta no turismo científico e ativo. _____

A reabilitação do Posto Aquícola de Campelo que se encontra claramente subaproveitado pese embora o investimento em melhoria das instalações que o município tem feito ao longo dos anos mas que não tem potenciado a sua utilização de forma sustentada, é o epicentro deste projeto, estando a decorrer a elaboração do projeto, após o respetivo processo de contratação. _____

A execução do projeto permitirá dispor de um espaço de produção de trutas com objetivo de repovoamento da ribeira, com fins de investigação/inovação, potenciando a pesca desportiva e contribuindo para o desenvolvimento turístico, através da reabilitação do Posto Aquícola de Campelo. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

O impacto social, económico e cultural do projeto justifica-se com a qualificação de um espaço cuja utilização e gestão cabe ao Município de Figueiró dos Vinhos constituindo uma preocupação fundamental a sua preservação e requalificação no sentido de poder ser um pólo de desenvolvimento centrado na freguesia com menores índices de desenvolvimento mas eu tem um potencial de crescimento assinalável. _____

Procura-se promover novas abordagens ao património natural, à biodiversidade, ao Turismo Científico e ao Turismo Natureza, permitindo diversificar os potenciais visitantes e turistas, criando dinâmica económica e desenvolvimento atividades ligadas ao turismo, contribuindo para o emprego e a fixação de população.

Os fatores referidos, no seu conjunto, contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho de Figueiró dos Vinhos e da própria região. _____

De acordo com as condições de aprovação da candidatura “CRER - Adaptação do Posto Aquícola de Campelo...” aprovada pelo MAR2020 – PORTUGAL2020, o mapa de investimento e Financiamento é o seguinte: _____

Designação	Aprovado
Investimento Total	1 081 747,73 €
Investimento Elegível	1 081 747,73 €
Apoio MAR2020	811 310,80 €
Comparticipação MUNFVN	270 436,93 €

Mapa de Investimento por rubricas:

Designação	Aprovado
Obras de adaptação	332 469,00 €
Equipamento	230 063,75 €
Projeto de execução	42 804,00 €
Trabalhos Científicos	365 310,00 €
Recursos Humanos	67 424,75 €
Promoção e divulgação	43 676,23 €
Total	1 081 747,73 €

Torna-se necessário um conjunto de intervenções no edifício existente, outras intervenções o nível da instalação de equipamento específico e também relacionadas com trabalhos científicos e componente promocional. _____

No que diz respeito aos trabalhos científicos, importa referir que este projeto foi aprovado no âmbito do Aviso 15/2017 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura nos Domínios da Inovação dos Investimentos Produtivos do Programa Operacional (PO) MAR 2020 e que no termos da candidatura se trata de um projeto desenvolvido no âmbito da investigação científica e inovação. Por tal facto, encontra-se prevista uma verba considerável, que representa cerca de 34% do valor total. A esta despesa está associado um

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

conjunto de trabalhos previstos na candidatura e que permitiram a sua aprovação, dados os fins de que se reveste a mesma e as regras do Programa de Apoio: _____

- a) Preparação, desenvolvimento e acompanhamento das ações previstas ao longo da operação “CRER”, bem como a avaliação, do ponto de vista técnico-científico do sucesso da sua implementação, tendo por base a memória descritiva apresentada em sede de candidatura, cujo resumo se anexa ao presente caderno de encargos para enquadramento da proposta; _____
- b) Fornecimento de ovos e alevins de truta-de-rio, bem como do seu alimento comercial e natural;
- c) Realização de análises moleculares para comparação de identidade genética entre potenciais populações dadoras de truta-de-rio e a população da ribeira de Alge, o curso de água onde preferencialmente serão desenvolvidas as ações de repovoamento previstas no projeto; _____
- d) Caracterização das condições ambientais, e do seu padrão de variação temporal, nos cursos de água da região, nomeadamente em termos de regime de temperatura e caudal; _____
- e) Acompanhamento permanente do processo de produção e assilvestramento das trutas-de-rio; _____
- f) Avaliação anual do habitat e do estado das populações de truta-de-rio no curso de água adjacente ao Posto Aquícola de Campelo, a ribeira de Alge; _____
- g) Estudo do comportamento e padrão de movimentos da população de truta-de-rio da ribeira de Alge com recurso a técnicas de biotelemetria (marcas PIT – *Passive Integrated Transponder*, radiotelemetria e/ou telemetria acústica); _____
- h) Realização de testes para comparação da performance natatória das trutas-de-rio estabuladas em diferentes condições ambientais; _____
- i) Efetivação das ações de repovoamento com as trutas-de-rio produzidas no âmbito do projeto, em locais selecionados na ribeira de Alge; _____
- j) Monitorização da dispersão e sobrevivência das trutas produzidas no Posto Aquícola e libertadas durante as ações de repovoamento na ribeira de Alge; _____
- k) Tratamento e análise dos dados recolhidos no âmbito das diferentes tarefas e elaboração de relatórios de progresso anuais, com a descrição e discussão dos principais resultados obtidos ao longo do desenvolvimento da operação. _____

Assim, tendo em vista a execução da candidatura aprovada e a realização do investimento previsto submete-se à consideração de V.^a Ex.^a, a proposta de contrato a seguir descrito: _____

1. “Aquisição de serviços técnico-científicos para preparação, acompanhamento e avaliação da operação “CRER - Adaptação do Posto Aquícola de Campelo para a Criação Experimental de Trutas Assilvestradas” cujo valor estimado representará o valor base a considerar no caderno de encargos de 330.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, para um período não superior 36 meses,

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

através da modalidade de Concurso Público; _____

2. Sendo o entendimento lógico de que se trata de uma prestação de serviços para execução de um projeto único, integrado, cujas diferentes ações se encontram interligadas, no plano científico que carece sempre de um conjunto de conhecimentos, competências e abordagem com pensamento lógico e fundamentados assente em pressupostos comuns que de modo algum se podem dissociar, propõe-se que a mesma não deverá ser adjudicada por lotes, cumprindo-se o nº 2 do artigo 46º-A do CCP;
3. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa – melhor relação qualidade-preço, tendo em conta os seguintes fatores, que se propõe face à especificidade do trabalho a realizar e dos serviços a prestar, considerando o nível científico e as competências que deve ter o prestador de serviços, salvaguardando a elegibilidade das despesas a realizar neste processo e na própria execução do projeto. _____

A – Preço base (40%) _____

B – Mérito técnico da proposta (60%) _____

Para efeitos de análise do fator mérito técnico da proposta, serão considerados os seguintes subfactores e categorias de pontuação: _____

B1 (30%) – Qualidade da proposta metodológica apresentada: _____

- Adequada – São devidamente elencados e desenvolvidos todos os desenhos experimentais e amostrais, bem como todas as técnicas e metodologias associadas e os respetivos resultados previstos (20 pontos); _____

- Pouco adequada – Os desenhos experimentais e amostrais previstos no âmbito da proposta, bem como as respetivas técnicas, metodologias e resultados previstos são elencados, mas de forma pouco desenvolvida não permitindo perceber totalmente a sua aplicabilidade à presente prestação de serviço (10 pontos); _____

- Inadequada - Os desenhos experimentais e amostrais previstos no âmbito da proposta, bem como as respetivas técnicas, metodologias e resultados previstos não são elencados ou são apresentados apenas de forma parcial (0 pontos). _____

B2 (20%) – Experiência comprovada no estudo da biologia e ciclos de vida de espécies piscícolas dulciaquícolas: _____

- Coordenação de mais de 20 projetos de I&D, de índole fundamental ou aplicada, focados no estudo da biologia e dos ciclos de vida de espécies piscícolas dulciaquícolas (20 pontos); _____

- Participação em menos de 20 e mais de 10 projetos de I&D, de índole fundamental ou aplicada, _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

focados no estudo da biologia e dos ciclos de vida de espécies piscícolas dulciaquícolas (10 pontos);

- Participação em menos de 10 projetos de I&D, de índole fundamental ou aplicada, focados no estudo da biologia e dos ciclos de vida de espécies piscícolas dulciaquícolas (0 pontos). _____

NOTA: para a contabilização do subfactor B2, projetos repetidos entre diferentes membros da equipa serão apenas contabilizados uma única vez. _____

B3 (20%) – Experiência comprovada na utilização de técnicas de biotelemetria para monitorização do comportamento de espécies piscícolas: _____

- Mais de 10 anos de experiência na utilização de técnicas de telemetria PIT, rádio e acústica (20 pontos); _____

- Menos de 10 anos de experiência na utilização de técnicas de telemetria PIT, rádio e acústica, ou experiência em apenas uma ou duas das três técnicas referidas (10 pontos); _____

- Sem experiência na utilização de técnicas de biotelemetria (0 pontos). _____

B4 (15%) – Experiência e capacidade logística comprovadas para a realização de testes de capacidade natatória de peixes dulciaquícolas: _____

- Mais de 10 anos de experiência na avaliação da capacidade natatória de peixes dulciaquícolas e capacidade logística comprovada (*i.e.* túnel de natação para peixes, ou dispositivo similar) para a realização desta tarefa (20 pontos); _____

- Menos de 10 anos de experiência na avaliação da capacidade natatória de peixes dulciaquícolas e/ou sem capacidade logística comprovada (*i.e.* túnel de natação para peixes, ou dispositivo similar) para a realização desta tarefa (10 pontos); _____

- Sem experiência na avaliação da capacidade natatória de peixes dulciaquícolas e/ou sem capacidade logística comprovada (*i.e.* túnel de natação para peixes, ou dispositivo similar) para a realização desta tarefa (0 pontos) _____

B5 (15%) – Produção científica nas áreas temáticas a desenvolver no âmbito da prestação de serviço:

- 20 ou mais publicações científicas em revistas internacionais com arbitragem científica, de 1º Quartil SCImago, em todas as áreas temáticas da prestação de serviço, nomeadamente: biologia, ecologia e ciclo de vida de espécies piscícolas dulciaquícolas; biotelemetria PIT, rádio e acústica aplicada a peixes; capacidade natatória de peixes dulciaquícolas; genética e biologia molecular de peixes dulciaquícolas (20 pontos); _____

- Menos de 20 e mais de 10 publicações científicas em revistas internacionais com arbitragem científica, de 1º Quartil SCImago, em todas as áreas temáticas da prestação de serviço, nomeadamente: biologia, ecologia e ciclo de vida de espécies piscícolas dulciaquícolas; biotelemetria

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

PIT, radio e acústica aplicada a peixes; capacidade natatória de peixes dulciaquícolos; genética e biologia molecular de peixes dulciaquícolos (10 pontos); _____

- Menos de 10 publicações científicas em revistas internacionais com arbitragem científica, de 1º Quartil SCImago, em todas as áreas temáticas da prestação de serviço, nomeadamente: biologia, ecologia e ciclo de vida de espécies piscícolas dulciaquícolos; biotelemetria PIT, radio e acústica; capacidade natatória de peixes dulciaquícolos; genética e biologia molecular (0 pontos). _____

NOTA: para a contabilização do subfactor B4, publicações repetidas entre diferentes membros da equipa serão apenas contabilizadas uma única vez _____

À pontuação atribuída nos diferentes fatores e subfactores serão aplicados os respetivos coeficientes de ponderação, a qual corresponde à aplicação da seguinte fórmula: _____

Pontuação Final = $40\% \times A + 60\% \times B$ _____

Sendo: _____

$A = [(PB-PI)/PB] \times 100$ _____

$B = 30\% \times B1 + 20\% \times B2 + 20\% \times B3 + 15\% \times B4 + 15\% \times B5$ _____

Em que _____

PB – Preço base do procedimento _____

PI – Preço da proposta em avaliação _____

4. Como critério de desempate propõe-se o seguinte, vertido no ponto 12.4 do programa de concurso: Será dada preferência à proposta do concorrente que apresente a proposta com pontuação mais elevada nos seguintes subfactores, numa ordem decrescente de importância: B1 – B2 – B3 – B4 – B5”. ____

4.4 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AS AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO

4.4.1 PROPONENTE: JOSÉ LOPES NUNES - MORADA: BREJO – AREGA - PROPRIEDADE:

BREJO - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 0,29HA – ÁREA A INTERVENCIÓNAR: 0,18HA: Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva. ____

Parecer:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a (re)arborização de uma área total de **0,18ha**, constituída por uma parcela, localizada próximo do lugar de Braçais, pertencente à circunscrição

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

administrativa da Freguesia de Arega. Trata-se de uma parcela ocupada atualmente por eucalipto comum (*Eucalyptus globulus*), Matos e demais vegetação espontânea. Pretende a proponente (re)arborizar aquela parcela com recurso à espécie Eucalipto (*Eucalyptus globulus*). Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo a parcela encontra-se classificada como Espaços Agrícolas de Produção e Espaços Naturais. Relativamente à Planta de Condicionantes, a parcela encontra-se classificada em Reserva Agrícola Nacional e em termos de Risco de Incêndio a parcela apresenta um risco que varia de Muito Baixo a Alto. Recomenda-se contudo, que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios.

Enquadramento em PMDFCI

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) a parcela não foi percorrida por incêndios florestais nos últimos anos no entanto e conforme descrito anteriormente apresenta várias classes de Risco de Incêndio (Muito Baixo, Baixo, Médio e Alto). _____

Assim recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível. _____

Posto isto, e atendendo às medidas de proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso **parecer favorável**". _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

4.4.2 PROPONENTE: ANGELINO DO CARMO HENRIQUES - MORADA: RUA MAJOR NEUTEL

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

DE ABREU, 155 TRASEIRAS BAIRRO S. JOÃO FIGUEIRÓ DOS VINHOS - PROPRIEDADE: COSTA DO SOITO - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 0,96HA – ÁREA A INTERVENCIÓNAR: 0,90HA:

Sobre este assunto foi presente o seguinte parecer emitido pelo Técnico Engenheiro Florestal Luís Filipe Silva.

Parecer:

“Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a arborização de uma área total de **0,90ha**, constituída por duas parcelas, localizadas no lugar de Ervideira, pertencente à circunscrição administrativa da União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Trata-se de uma exploração que foi sujeita a corte final de eucalipto e alguns exemplares de pinheiro bravo dispersos no povoamento e encontra-se ocupada atualmente, por matos (fetos, tojos, urzes) e demais vegetação espontânea. Pretende o proponente arborizar aquela área com recurso a três espécies: Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) Pinheiro Manso (*Pinus Pinea*) e sobreiro (*Quercus suber*). Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: _____

Enquadramento em PDM

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo o mesmo encontra-se classificado em Espaços Florestais de Produção e Espaços Naturais. Relativamente à Planta de Condicionantes, a parcela encontra-se inserida em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional e Aproveitamento Hidroagrícola. Também aquela área foi percorrida por incêndios florestais em 2017 sendo esta variável uma das condicionantes, onde o Risco de Incêndio se encontra classificado e varia de Baixo a Médio, e Alto a Muito Alto. Recomenda-se contudo, que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios. _____

De acordo com a classe de declives que nos é apresentada no projeto de arborização (>10% e <25%) recomendamos as boas práticas de mobilização do solo (preparação da estação) que devem acautelar o efeito e a ação erosiva da chuva e do vento. Trata-se de uma parcela que se localiza nas proximidades do lugar de Ervideira e tem a percorre-la uma linha de transporte de energia de média tensão no sentido longitudinal (Norte-Sul). Por esta razão, constitui esta linha eléctrica uma servidão que determina restrições quanto à arborização e que segundo o Decreto-Lei 124/2006 de 28 de Junho, republicado pelo Decreto-Lei 17/2009 de 14 de Janeiro define os critérios a respeitar quanto à gestão de combustíveis e que se encontram consagrados no anexo do Decreto-Lei 10/2018 de 14 de Fevereiro e que se descrevem: _____

Critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível

I. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam -se os seguintes critérios: _____

a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo; _____

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo; _____

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm; _____

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm. _____

II. *No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.* _____

III. *Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:* _____

1 — As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício. _____

2 — Excecionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício. _____

3 — Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício. _____

4 — Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

IV. *No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.* _____

V. *A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido*

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodovias ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas.» _____

Enquadramento em PMDFCI

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) conforme referido anteriormente a parcela apresenta um risco de incêndio que varia de Baixo a Muito Alto e é servido por caminho florestal no sentido Nascente-Poente pelo que se impõe a criação de faixas de gestão de combustível em ambos os lados da rede viária florestal de pelo menos 4 metros nos termos do disposto ao anexo do Decreto-Lei 10/2018 de 14 de Fevereiro atrás referido. _____

Assim recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível e quando recomendado tecnicamente a criação de socacos os mesmos sejam instalados de acordo com as normas silvícolas. Considera-se também importante dotar a parcela com uma rede viária adequada, pelo que se recomenda que sejam salvaguardadas as distâncias mínimas de plantação às bermas/laterais dos caminhos florestais/agrícolas. _____

Posto isto, e salvaguardando as medidas de instalação e proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso **parecer favorável**.”. _____

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável de acordo com a Informação emitida, pelo Técnico Superior Engenheiro Filipe Silva. _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

5.1 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM A SEGURANÇA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2018 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 21/02/2019:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 28/SF/2019 datada de 21/02/2019 no valor de 361,41€ (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 21/02/2019 relativo aos custos com a segurança social do mês de dezembro de 2018, no valor de 361,41€(trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos). _____

5.2 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – PEDIDO DE SUBSÍDIO – 8.º RALLY DE INVERNO:

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 22/02/2019 relativo ao subsídio atribuído no valor de 1.100,00€ (mil e cem euros) aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. _____

5.3 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS DE DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna n.º 27/SF/2019, datada de 21/02/2019, no valor de 7.496,20 euros (sete mil quatrocentos e noventa e seis euros e vinte cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 27 de fevereiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por maioria, quatro votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor total de 7.496,20 euros (sete mil quatrocentos e noventa e seis euros e vinte cêntimos). _____

5.4 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna n.º 31/SF/2019, datada de 21/02/2019, no valor de 2.230,01 euros (dois mil duzentos e trinta euros e um cêntimos). _____

O Senhor Vereador Engenheiro Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere continuamos a manter as dúvidas, que temos deixado exarado em ata, acerca deste assunto e que têm motivado o nosso voto contra desde que assumimos o mandato em

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

outubro de 2017. _____

Não estão aqui em causa as pessoas que foram chamados para trabalhar e que querem, legitimamente, receber pelo seu trabalho no final de cada mês. O que está aqui em causa é a legalidade ou não desse pagamento.

Desde a primeira reunião, em 8 de novembro de 2017, data em que estes pagamentos começaram a vir à reunião de câmara que temos vindo a chamar a atenção da maioria do executivo para este assunto e para a necessidade de uma clarificação legal que fundamente o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Enquanto isso se dúvidas tínhamos outras se lhes juntaram, vindas a público na comunicação social, pelo que até que não sejam devidamente esclarecidas todas estas questões e sejamos elucidados no que diz respeito à necessidade de dispormos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar a nossa votação e seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito de que não existe qualquer ilicitude não podemos aprovar os referidos pagamentos. _____

Figueiró dos Vinhos, 27 de fevereiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, quatro votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor total de 2.230,01 euros (dois mil duzentos e trinta euros e um cêntimos). _____

5.5 TERRACTIVIDADE – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA – PEDIDO DE SUBSÍDIO

ANUAL DE 2018: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 30/SF/2019, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio anual de 2018, no valor de 500,00€ (quinhentos euros). _____

5.6 SOCIEDADE MUSICAL INSTRUÇÃO E RECREIO FIGUEIROENSE – PEDIDO DE SUBSÍDIO

ANUAL DE 2019: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 29/SF/2019, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio anual de 2019, no valor de 7.387,00€ (sete mil trezentos e oitenta e sete

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

euros). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

6. GABINETE DE GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

6.1 CERTIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROPRIEDADE – ARTIGO N.º 54, DA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO, DO ARTIGO MATRICIAL N.º 12419-R, SITO EM VINHA DA SERRA, DA FREGUESIA DE AGUDA E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS: Sobre este assunto foi

presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 23/2019, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, emitindo parecer favorável para a constituição de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial n.º 12419-R, sito em Vinha da Serra, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos, não podendo contudo desta situação, resultar o parcelamento físico da mesma em virtude da parcela não se situar em perímetro urbano, e não ser viável a sua divisão física. _____

Fernando Barata Hipólito, na qualidade de proprietário, com residência na Rua D. Manuel I - Aguda, da freguesia de Aguda, concelho de Figueiró dos Vinhos, veio, através do requerimento com o registo de entrada n.º 28, em 13.02.2019, requerer o pedido de certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial n.º 12419-R, sito em Vinha da Serra, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos.

Proposta de Deliberação n.º 23/2019:

“Considerando as informações emitidas no âmbito do procedimento de instrução no gabinete de gestão urbanística e planeamento, cumpre à câmara municipal deliberar a emissão de um ato sobre o local da situação do prédio, de acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de constituição de compropriedade. _____

Nestes termos, PROPÕE-SE que a Câmara Municipal delibere: _____

- Emitir parecer favorável para a constituição de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial n.º 12419-R, sito em Vinha da Serra, da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos, não podendo contudo desta situação, resultar o parcelamento físico da mesma em virtude da parcela não se situar em perímetro urbano, e não ser viável a sua divisão física de acordo com a legislação em vigor nesta data; segundo o parecer técnico – informação n.º 33/GGUP/2019/RJUE de 19 de fevereiro de 2019”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O CHEFE DE DIVISÃO DA U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)

--

- ATA DA REUNIÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 (N.º 05/2019)